

CONSTRUÇÃO SOCIAL x CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Daniela Sherring Siqueira

Mestre em Tratamento da Informação Espacial na PUCMINAS

1. Introdução

Segundo HAESBAERT (2004) as principais vertentes do conhecimento utilizadas para a construção de territórios reconhecem:

- (i) relações espaço-poder que ocorrem dentro entre os municípios,
- (ii) formas com que espaços e recursos naturais são apropriados pelos atores locais,
- (iii) território como fonte de recursos alimentadora da economia local e regional,
- (iv) formas com que as populações e comunidades locais se relacionam com a natureza.

Nobre (2002) ressalta que para o estabelecimento das relações espaço-poder são vários os acordos que devem ocorrer dentro da construção do conceito de Desenvolvimento Sustentável, que vão além de um grande acordo desenvolvimentista e ambientalista, passando pelo acordo entre a tecnocracia e militância, o que precisamente resulta na tolerância mútua e articulação verdadeira entre as visões técnico-operacionais e normativa.

Essa teia de acordos políticos, feitos em torno do Desenvolvimento Sustentável, que resulta em um processo de gestão territorial de base local sólida, indica que sua conceituação deverá ser convencionada entre seu significado eminentemente técnico e as questões políticas colocadas no debate. Para tanto, é de fundamental importância a efetiva participação da sociedade civil nos processos decisórios.

O desenvolvimento de articulações voltadas à gestão ambiental está intimamente interligado à capacidade organizacional e de mobilização dos seus diversos atores-chave na organização do território. Esta capacidade, portanto, interfere de maneira direta na criação de UC e nos diferentes graus de implementação das mesmas.

2. Objetivo do Trabalho

O objetivo principal deste trabalho é tratar algumas questões referentes ao papel da governança na construção social de estratégias de gestão territorial-ambiental para a conservação.

O alvo deste trabalho é o espaço territorial do semi-árido, que possui na sua área do entorno poucos remanescentes do bioma cerrado. Parte destes fragmentos encontra-se parcialmente afetados por processos de degradação ambiental, em tudo semelhantes aos observados nas áreas com Índice de Aridez situado entre os limites de 0,21 e 0,65 . A ocorrência de secas em municípios dessas Áreas de Entorno constitui evidência sobre a expansão desses processos. As Áreas do Entorno das Áreas Semi-áridas e Subúmidas Secas compreendem uma superfície de 207.340 km², distribuídos ao longo de 281 municípios.

3. Metodologia

Para esta análise, as primeiras informações referentes a Governança dos municípios da região foram adquiridas através da MUNIC (Perfil dos Municípios Brasileiros) de 2004 e 2006, pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na qual foram coletadas e sistematizadas num banco de dados as seguintes informações sobre as secretarias municipais de meio ambiente: (i) Pessoal ocupado na área de meio ambiente, (ii) Existência de Agenda 21 com participação da sociedade civil, (iii) Existência de Plano Diretor abordando as questões ambientais, (iv) Conselho Municipal de Meio Ambiente e das Cidades e grau de representação da sociedade civil e, (v) Participação em Comitês de Bacia Hidrográfica ou Consórcios Intermunicipais.

A medida que os dados de Governança foram atualizados e estabelecendo uma análise conjunta com unidades de paisagem e áreas de conservação (federais, estaduais e municipais), podemos perceber a alta fragilidade dessas áreas protegidas e a escassa existência de espaços de participação da sociedade civil, tanto na gestão das áreas de conservação quanto políticas públicas justas como formas da sociedades ter soluções próprias para os seus problemas (como em fóruns). O que nos interessa aqui é verificar se na prática há na sociedade em geral um interesse próprio de conservar este bioma e também se as políticas de governo estão sendo eficazes no ponto de vista da governança como estão sendo percebidas na sociedade, exemplo o programa PAA-LEITE e Cisternas.

4. Desenvolvimento

É emblemático saber que outros biomas têm-se programas governamentais de conservação ambiental em andamento, mas no caso do Cerrado percebe-se que não há uma estratégia governamental especialmente voltada para a sua sustentabilidade. A simples existência de programas de conservação não é suficiente para lidar com a complexidade dos fatores envolvidos no empobrecimento ambiental e da sociedade.

O Desenvolvimento Sustentável (DS) vem sendo apresentado como resposta às preocupações mundiais relativas ao futuro do planeta, cada vez mais se busca implementá-lo, mas não há um modelo definido de como ele deve ser alcançado. Para alguns há incompatibilidade entre DS e os pressupostos e valores da economia neoclássica (CARNEIRO, 2005; HINKELAMERT, 2005; ALTVATER, 2005; MONTIBELLER Fº, 2004; O'CONNOR, 1994). Para outros basta ampliar a visão para além do mercado, incluindo outras instituições (AMAZONAS, 1994), ou se pensar estratégias diferenciadas para a implementação do DS, já que sua centralidade estaria na questão ética (SACHS, 2004, GUIMARÃES, 1997, AMAZONAS, 2002), social e política (ZHOURI *et al*, 2005, ACSERLALD, 2000).

O DS é ainda um campo em construção, e por isso a dificuldade em torná-lo operacional. Identificar um modelo de empreendimento econômico sustentável, que viabilize o desenvolvimento local em regiões onde a conservação de recursos naturais é forte componente de restrição à aplicação de modelos tradicionais de desenvolvimento, como é o caso da Amazônia, é um desafio ainda maior. O esforço de identificá-lo, porém, pode não só auxiliar a definição mais clara de políticas públicas para a geração de trabalho e renda nestas regiões, e, portanto de inclusão social de parcelas significativas daquela população, como facilitar a adesão de amplas comunidades à defesa da conservação do patrimônio natural brasileiro, já que são comuns resistências baseadas no contraponto entre preservação e

desenvolvimento. Parece-nos que a dificuldade de concretizar o DS não é um problema meramente conceitual ou instrumental. A fim de entender essa questão e buscar alternativas práticas, partimos do resgate histórico da construção do conceito de Desenvolvimento Sustentável e das diversas visões da ciência econômica em relação ao tema, avaliando as dificuldades de se implementar tal tipo de desenvolvimento a partir da análise da questão ambiental como campo de forças (BORDIEU, 1994) e de uma visão plural da economia (POLANYI, 1988). Assim, o método empregado foi o de revisão bibliográfica e reflexão sobre o tema do Desenvolvimento Sustentável e, posteriormente, em consequência desta, sobre economia social e solidária, com pesquisas em livros, revistas, teses e dissertações, e outras publicações em bibliotecas físicas e virtuais.

A análise do DS do ponto de vista das teorias econômicas leva-nos ao aparente paradoxo da necessidade de se retirar a economia do centro deste debate. Explicando melhor: mudar a ênfase comum de se enxergar a economia sob a égide do racionalismo econômico que vê a mão do mercado em todas as escolhas e atitudes, e entender o processo econômico em sua forma substantiva e não somente formal, o qual envolve um conjunto de instituições e resultados possíveis e desejáveis, em uma visão plural da economia (POLANYI, 1988). Isso nos leva a concluir que a criação de excedentes nem sempre é o objetivo buscado em uma ação econômica, assim como o crescimento econômico não é a única forma de se promover o desenvolvimento. O argumento aqui é para uma mudança de ênfase. Não o formal, mas o substantivo elemento do sustento, em toda a sua aparente incerteza deveria ser o centro das teorias sociológicas dos processos econômicos (POLANYI; ARENSBERG; PEARSON, 1971) ou daquelas teorias nas quais a economia é somente um dos diversos processos sociais genéricos, como é o caso do DS. Afinal, os problemas ambientais são problemas socialmente construídos por meio de processos coletivos e não o produto de condições objetivas facilmente visíveis e identificáveis, como muitas vezes o debate da sustentabilidade de recursos naturais e do meio ambiente quer nos fazer crer (ACSERLALD, 2000). Dessa forma, discutir a implementação do DS significa discutir as formas sociais de apropriação e uso desses recursos e ambiente, com a sustentabilidade tornando-se o critério normativo para a reconstrução da ordem econômica (LEFF, 2006). Assim, a economia se vê imersa em um sistema físico-biológico mais amplo que a contém e a condiciona. Porém, esse questionamento não tem sido capaz de desconstruir a racionalidade econômica vigente, com o discurso do DS procurando estabelecer um terreno comum para uma política capaz de atender diferentes interesses, que confunde no termo sustentabilidade o conceito de sustentável e desustentado, e que continua promovendo o crescimento econômico ilimitado e a compulsão ao consumo. Entretanto, a sustentabilidade deveria estar enraizada em bases ecológicas, em identidades culturais e em territórios, onde os atores sociais poderiam exercer seu poder de controle da degradação ambiental e mobilizar recursos em projetos autogerenciados para satisfazer suas necessidades. (BURNINGHAM; O'BRIEN, 1994; ZAOUAL, 2003). Isso demandaria uma nova racionalidade, uma racionalidade ambiental, capaz de promover “um novo paradigma produtivo” (LEFF, 2006, p. 408), concretizado em um empreendimento produtivo de novo tipo. Assim, mais do que discutir como melhor adaptar os processos produtivos aos requisitos de normas ambientais cabe retirar a economia formal do centro do debate e iniciar a discussão e a definição de um empreendimento inserido em uma “outra economia” (CATTANI, 2003). Há, então que se construir um novo modelo de produção, baseado em uma produtividade de outro tipo já que a maximização do lucro pelo aumento da escala de produção parece ser incompatível com a noção de recursos naturais esgotáveis. Assim como a eficiência baseada na redução de custos parece ser incongruente com a incorporação de cuidados e tecnologias e, portanto, de custos adicionais, direcionados à preservação ambiental e à saúde ocupacional dos trabalhadores, considerando-se o tripé da

sustentabilidade (GRAF, 2005). Isso significa optar pela heterodoxia metodológica (RUTKOWSKI; LIANZA, 2004), levando-nos a operar no âmbito da economia social, solidária e popular, onde os empreendimentos representam uma nova forma social de produção (GAIGER, 2004) e não têm um caráter unicamente econômico, mas são parte de um projeto integral de organização comunitária com o econômico servindo como meio para a realização do objetivo do empreendimento que pode ser prioritariamente social, cultural, político ou ecológico e onde a utilização de padrões comunitários e relações sociais e de práticas profissionais na forma de organização proporcionam autonomia institucional e uma sociabilidade comunitário-pública baseada em práticas reciprocitárias (BECKER, 2004; FRANÇA Fº). Sendo assim, cabe às políticas públicas ambientais fortalecer o diálogo com formas alternativas de desenvolvimento (SANTOS, 2002) que hoje acabam por serem tratadas meramente como políticas de assistência social, e, portanto, de caráter paliativo, ou como ineficientes, já que avaliadas sob os indicadores da velha noção produtivista de mundo. Isso proporcionará a criação de alternativas concretas para a inclusão social de parcelas significativas da população que vive no entorno de Unidades de Conservação, já que permitirá criar trabalho e renda por meio de empreendimentos efetivamente sustentáveis. Tornar a Economia Social e Solidária uma política de implementação do Desenvolvimento local Sustentável, exigirá mudanças de enfoque e de práticas e o uso de métodos novos que garantam a necessária “orquestração das ciências” (MARTINEZ –ALIER, 1999) e a prática de uma ciência com as pessoas (THIOLLENT, 1997). Há também muito a ser construído para garantir a prosperidade dos empreendimentos solidários e de seus membros, condição fundamental para viabilizar a proposta como alternativa para a inclusão social de populações do entorno. Há ainda, por exemplo, que ser fortalecida uma outra governança, específica para as necessidades desta outra economia, para suprir, tal como se faz para a empresa capitalista tradicional, suas necessidades de infra-estrutura, capacitação/formação, recursos financeiros, legislação, etc. Esse esforço deveria ser agregado às atividades de gestão das Unidades de Conservação, nos moldes propostos pela IUCN para os PECs – *Primary environmental care projects* (BORRINI-FEYERABEND, 1997). Pois, manter a dissociação entre conservação e desenvolvimento, característica dos modelos tradicionais de criação e implantação de Unidades de Conservação tem se demonstrado uma política frágil que favorece o isolamento. Juntar esforços para a mudança de enfoque da política de desenvolvimento a ser promovida pelo Estado, pode, ao contrário, tornar-se uma forte estratégia para a conservação do patrimônio natural brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HAESBAERT, R.. O mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialização. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2004.
- NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho (Org.). Desenvolvimento Sustentável: A institucionalização de um conceito. 2 ed. Brasília: Ed. IBAMA, 2002. 368 p
- IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente - 2002. Base de dados disponível em http://www.mma.gov.br/publicacao_05_2005/index_1024x768.html. Acesso em 27/10/2005.
- Financiamento: CEPF/ Critical Ecosystems Partnership Fund
- ACSERD, Henry, Sustentabilidade e Território. In: HERCULANO S.; PORTO M. F. S; ALTVATER, Elmar, A teoria marxista e os limites do crescimento. In: PROCÓPIO, Argemiro(ed.) Relações Internacionais : Os excluídos da Arca de Noé. RJ: Editora Hucitec, 2005.p.163-192.
- AMAZONAS, Mauricio de Carvalho, Economia do meio ambiente – uma análise da abordagem neoclássica a partir de marcos evolucionistas e institucionalistas. 1994.215 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- _____, Desenvolvimento Sustentável e teoria econômica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucionalista e da economia ecológica. In: NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Mauricio de Carvalho, Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília: Ed. IBAMA, 2002. p.107-286
- BECKER, Bertha K., Amazônia – geopolítica na virada do III milênio. RJ : Garamond Universitária, 2004.168p.
- BORDIEU, Pierre Razões Práticas – sobre a teoria da ação. SP: Papirus Editora, 1994.283p.
- BORRINI-FEYERABEND, Grazia (ed.), Beyond Fences: Seeking Social Sustainability in Conservation, Gland : IUCN, 1997, 2 vols.
- BURNINGHAM, Kate; O'BRIEN, Martin, Global Environment Values and Local Contexts of Action. Sociology, Vol.28, n.4, , p.913-32, nov.1994.
- CARNEIRO, Eder Jurandir, Política Ambiental e a ideologia do Desenvolvimento Sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens;. PEREIRA, Doralice B, A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflito socioambientais. BH: Ed. Autêntica, 2005.
- CATTANI, Antonio David (org.), A outra economia. POA: Veraz Editores/UNITRABALHO, 2003.295p.
- FRANÇA Fº, Genauto Carvalho & LAVILLE, Jean-Louis, Economia Solidária – uma abordagem internacional. POA: Editora da UFRGS, 2004.199p.
- GAIGER, Luiz Inácio, Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. POA: Editora da UFRGS, 2004.417p.
- GRAF, Roberta, Política Transversal Ambiental: experiências na Amazônia brasileira. 2005. 251f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- GUIMARÃES, Roberto Pereira, Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B & MIRANDA, M.(Org.). A geografia política do Desenvolvimento Sustentável. RJ: Editora UFRJ , 1997. p. 13-44.
- HINKELAMERT, Franz, O antropocentrismo ocidental e o desastre ecológico. In: PROCÓPIO, A.(ed.). Relações Internacionais : Os excluídos da Arca de Noé. RJ: Editora Hucitec, 2005. p193-208.
- LEFF, Enrique, Racionalidade Ambiental – a reapropriação social da natureza. RJ: Editora

Civilização Brasileira, 2006. 555p.

MARTINEZ –ALIER, Juan, The Socio-ecological Embeddedness of Economic Activity: The Emergence of a Transdisciplinary Field. In: BECKER, Egon; JAHN, Thomas (eds.), Sustainability and the social sciences. UNESCO/ ISOE. London: Zed Books, 1999. p.112-139.

MONTIBELLER Fº, Gilberto, O mito do Desenvolvimento Sustentável- meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis : Editora da UFSC, 2004.306p.

O’CONNOR, James, Is sustainable capitalism possible? In: O’CONNOR, Martin(ed.), Is capitalism sustainable? – political economy and the politics of ecology. NY: The Guilfor Press, 1994. p152-173.

POLANYI, Karl, A grande transformação. RJ: Ed. Campus, 1988. 304p.

RUTKOWSKI, Jacqueline & LIANZA, Sidney, Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia? In: BRASIL, Fundação Banco do; FINEP; PETROBRAS. (Orgs.).Tecnologia Social - uma estratégia para o desenvolvimento. RJ: DP&A, 2004p.167-186.

SACHS, Ignacy, Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado. RJ:Garamond Universitária / SEBRAE, 2004.151p.

SANTOS, Boaventura de Souza, Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista. RJ: Civilização Brasileira, 2002.514p.

THIOLLENT, Michel Pesquisa-Ação nas Organizações. SP: Editora Atlas, 1997. 164p.

ZAOUAL Hassan, Globalização e Diversidade Cultural. SP: Ed. CORTEZ, 2003.120p.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens;. PEREIRA, Doralice B., Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens;. PEREIRA, Doralice B., A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflito socioambientais. BH: Ed. Autêntica, 2005.237p.